

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.203 - CE (2019/0011127-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS**  
**RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**RECORRIDO : ANTÔNIO FRANCISCO RODRIGUES CUNHA**  
**ADVOGADO : BEETHOVEN FERNANDES LOPES - CE025818**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. IBAMA. BEM APREENDIDO EM RAZÃO DE TRANSPORTAR MADEIRA SEM A DEVIDA LICENÇA. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO DEPOSITÁRIO. ART. 105 E 106 DO DECRETO 6.514/08.

1. Apelação contra sentença que concedeu parcialmente a segurança assegurando ao impetrante a condição de depositário fiel do veículo apreendido.
2. A apreensão do caminhão e a não predisposição da autarquia federal em devolver o mesmo, está-se demonstrada a liquidez e a certeza buscadas à apreciação do mandamus.
3. Em face da possibilidade de constituição do proprietário como depositário fiel do bem apreendido (artigos 105 e 106 do Decreto n. 6.514/08), verifica-se a desnecessidade de continuidade da medida administrativa de apreensão do caminhão.
4. Apelação não provida" (fl. 92e).

Nas razões do Recurso Especial, aponta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. §1º, 105, 106, II, e 134, V, do Decreto 6.514/2008, 25, **caput**, 46, parágrafo único, 72, IV, da Lei 9.605/98, e 535 do CPC/73, sustentando, em síntese, que "a apreensão do caminhão que transportava um carregamento de madeira de origem ilícita ao contrário do que entendeu o acórdão ora recorrido, encontra total apoio na legislação em vigor. Essa apreensão decorre do pleno e regular exercício do Poder de Polícia do IBAMA. Toda a conduta adotada pelo IBAMA está prevista no ordenamento jurídico" (fl. 117e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas contrarrazões, foi o Recurso Especial admitido na origem (fls. 152e).

A irresignação não merece acolhimento.

Na origem, "trata-se de remessa oficial e apelação de sentença, que concedeu parcialmente a segurança, proferida pelo magistrado da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará em Mandado de Segurança impetrado por Antonio Francisco Rodrigues Cunha contra ato do Chefe do Escritório Regional do IBAMA em Sobral" (fl. 99e).

O acórdão recorrido negou provimento à Apelação, manifestando-se firme nos seguintes fundamentos:

"Aduz o apelante que 'espantosamente, a causa de pedir desse mandamus repousa simplesmente na necessidade financeira do impetrante continuar a realizar 'fretes' com o veículo, para de prover o sustento de sua família'. (grifo nosso)

Logo, afirma, 'não há, como dito, qualquer indicação de violação ao direito líquido e certo, indispensável para a viabilização dessa ação especial (mandado de segurança)'.

(...)

Ora, comprovado o fato alegado, qual seja, a apreensão do caminhão e a não predisposição da autarquia federal em devolver o mesmo, está-se demonstrada a liquidez e a certeza buscadas à apreciação do *mandamus*. Há, no entanto, de se verificar se a razão está com o impetrante, ou melhor, se é adequado ou não seu pedido a fins de concessão da segurança.

Em 31 de dezembro de 2013, o caminhão de propriedade do Apelado vinha sendo guiado por terceiro, quando os fiscais da autarquia ambiental procederam à fiscalização do referido veículo e constataram a ocorrência de infração ambiental, porquanto estava sendo transportada uma carga de 4,22 m² de madeira sem a devida licença da autoridade competente, motivo pelo qual houve a apreensão do bem móvel e, por conseguinte, a lavratura do Termo de Apreensão nº. 705302/D.

Legítima a posição do Apelante, quando, no exercício do poder de polícia lhe atribuído pela lei, ao verificar o cometimento da infração administrativa, apreendeu o veículo, com fulcro no artigo 25, da Lei nº. 9.605/98 - 'verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos'.

Não obstante, se requer que o bem seja liberado ao uso do impetrante; encontrando nos artigos 105 e 106, do Decreto nº. 6.514/2008, a possibilidade excepcional de os bens apreendidos serem confiados ao próprio autuado, na condição de depositário fiel, até o julgamento do procedimento administrativo. *In verbis*:

'Art. 105. Os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela fiscalização, podendo,

excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo

Art. 106. A critério da administração, o depósito de que trata o art. 105 poderá ser confiado:

I - a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar; ou  
II - ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser a doação.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito'.

Não obstante a discricionariedade do ato administrativo em comento, o mesmo também está sujeito ao controle judicial, mormente quanto ao aspecto da razoabilidade.

No caso em apreço, **é por meio do caminhão apreendido que o Apelado sustenta a si e a sua família, porquanto trabalha realizando o transporte de mercadorias, bem como fretes, configurado aquele veículo meio essencial à manutenção do seio familiar. O IBAMA não demonstrou, de forma concreta, a possibilidade de reiteração do ilícito administrativo, por parte do Apelado, caso seja nomeado como depositário do veículo apreendido.**

**Sendo legalmente prevista a possibilidade de concessão do pleito autoral, bem como, não demonstrado risco de cometimento de novas infrações caso determinada a liberação do bem, e, antes de mais nada, reconhecida o caráter inafastável de instrumento de subsistência do veículo, desarrazoado o ato administrativo" (fls. 100/101e).**

Nesse contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado

Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

